



ÁREA DE LINGUÍSTICA E LITERATURA - CAPES

Coordenação: Germana Sales (UFPA)

Coord. Adjunto Programas Acadêmicos: José Magalhães (UFU)

Coord. Adjunta Programas Profissionais: Miriam Zaponne (UEM)

ANPOLL

Frederico Fernandes (UEL)

Vice-Presidente: Marisa Corrêa Silva (UEM)

**COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO
DO PNPG 2011-2020
RELATÓRIO 2019**

Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação
Brasileira para o Quadriênio 2021-2024 – Modelo Multidimensional

AVALIAÇÃO MULTIDIMENSIONAL

Consideram-se aspectos quantitativos e qualitativos em 5 indicadores

- a- Formação de Pessoal;
- b- Pesquisa;
- c- Inovação e Transferência de Conhecimento;**
- d- Impacto na Sociedade;**
- e- Internacionalização.**

C) INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO;

Proposição em 3 grupos de fatores: Sócio-Cultural, Ambiental e Econômico

i) Grupo Sócio-cultural

- Inovações Sociais relevantes, geradas pelas dinâmicas de Pesquisa e Formação do PPG, que geraram transformações da realidade social, manifestadas por evidências em dados relacionados à área social, tais como IDH, legislação na área, melhoria da qualidade de vida, etc.

- Inovações Culturais relevantes, geradas pelas dinâmicas de Pesquisa e Formação do PPG, que resultaram em transformações da realidade cultural, manifestadas por evidências em dados relacionados à área cultural, tais como legislação, obras culturais, etc.

ii) Grupo Ambiental

- *Projetos, Produtos ou Processos que contribuem efetivamente para a integridade ambiental da comunidade onde o PPG está inserido, manifestada por evidências em dados relacionados à sustentabilidade ambiental, em áreas urbanas, florestas ou no campo, monitoramento ambiental, barragens, etc.*
- *Inovações para a sustentabilidade ambiental, envolvendo novos produtos ou processos que contribuem para a sustentabilidade ambiental da comunidade onde o PPG está inserido ou para a sustentabilidade de forma mais ampla, em nível nacional ou global.*

iii) Grupo Econômico

- *Receita financeira ou outros ganhos mensuráveis gerados pela efetiva transferência de conhecimento para a sociedade, seja para empresas públicas ou privadas (...);*
- *Inovações sociais que gerem resultados financeiros a partir de intervenções nas comunidades ou avanços do conhecimento em todas as áreas de conhecimento, incluindo as humanidades e as sociais aplicadas;*
- *Geração de inovações e startups, em especial spin offs acadêmicos, com criação efetiva de emprego e renda, a partir da aplicação de novos conhecimentos que gerem valor agregado em todas as áreas de conhecimento;*

- Cooperação científica e tecnológica com empresas públicas ou privadas, órgãos públicos, ONGs, por meio da participação dos pesquisadores em projetos, conselhos e outros espaços, incluindo a produção de conhecimento em coautoria.

D) IMPACTO NA SOCIEDADE

- *valorizar a inserção social: pesquisa aplicada à sociedade que gere melhoria da qualidade de vida da população e gere impacto em segmentos da sociedade, mercados ou organizações que deve ser aferido e valorizado.*
- *considera-se que não é preciso descrever uma lista com a tipificação de produtos técnicos passíveis de análise e avaliação. A comissão propõe que o mais adequado é solicitar o relato de um conjunto de principais produtos desenvolvidos pelos PPGs (até 5) a serem declarados de forma livre, com destaque aos produzidos no período avaliativo vigente. Vale ressaltar que contribuições específicas para a qualificação da educação básica devem ser valorizadas, especialmente na formação ativa e continuada de professores.*

*- Propõe-se que este indicador seja avaliado por Comissão específica com participação majoritária **de atores externos** ao meio acadêmico-científico e de perfil com notória atuação e capacidade de análise do impacto da atividade acadêmico-científica na sociedade;*

E) INTERNACIONALIZAÇÃO

- *valorizar PPGs que investem na internacionalização por meio de projetos duradouros, abrangendo todos os envolvidos na pós-graduação, incluindo o corpo técnico e administrativo*
- *Financiamento internacional para projetos de pesquisa sob liderança do curso/programa ou em associação;*
- *Relevância da produção em cooperação internacional (Pesquisa e Produção intelectual);*
- *Visibilidade do curso/programa em nível internacional conforme indicadores internacionais de desempenho;*

- *Atratividade em nível internacional de alunos, pós-docs e docentes/pesquisadores (mobilidade acadêmica);*
- *Condições Institucionais*

PROPOSTAS COMPLEMENTARES DA COMISSÃO:

1) PERÍODO AVALIATIVO

O ciclo de avaliação de quatro anos foi recentemente implantado e o bom resultado sugere a sua manutenção. A comissão considerou que o mesmo período avaliativo deve ser mantido para todos os Programas.

2) INDICADORES ÚNICOS

Os indicadores para todas as dimensões devem ser comuns para todas as áreas de avaliação, não sendo permitida a criação de indicadores específicos pelas áreas. No entanto, tais indicadores podem ser decompostos em métricas específicas que reflitam as características de cada área.

3) ÁREAS DE AVALIAÇÃO (Redefinição das áreas de conhecimento);

Em função da crescente interdisciplinaridade e da evolução do conhecimento, a atual organização em 49 áreas de avaliação não se ajusta à realidade atual da ciência, cada vez menos segmentada. Assim, sugerimos reduzir substantivamente o número de áreas de avaliação tendo como referência as nove grandes áreas do conhecimento.

4- DOCENTES

Entendemos que a atual classificação de docentes como permanentes ou colaboradores não contribui para qualificação dos PPGs. Em função da ausência de critérios comuns entre as áreas e falta de clareza das atribuições específicas, esta Comissão sugere a utilização de uma única categoria de docentes do Programa.

Considerando o novo modelo, sugerimos que seja feita uma reflexão com relação ao número de PPGs que o mesmo docente possa atuar.

5) AVALIAÇÃO E FOMENTO (Resultados financeiros como indicador de impacto);

O financiamento é componente essencial para qualificação da pós-graduação. O novo modelo de avaliação multidimensional deve ser considerado como item relevante para as estratégias de fomento, mas não o único. Cabe observar que a multidimensionalidade do novo modelo avaliativo favorece a diversificação das estratégias de fomento.

6) POLÍTICA INSTITUCIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

O plano estratégico institucional de pós-graduação deve ser requisito fundamental no processo avaliativo e se constituir como referência para a auto-avaliação dos PPGs. Esse plano institucional deve conter as políticas e estratégias para o desenvolvimento da pós-graduação, devendo ser aprovado nas instâncias colegiadas superiores e publicizados antes do início do próximo período avaliativo, ou seja, até dezembro de 2020. A autoavaliação dos PPGs será um componente importante da avaliação de cada dimensão no modelo multidimensional.

7) QUALIS

A comissão entende que o Qualis cumpriu um papel importante para a qualificação da produção da pós-graduação. Dados os novos recursos e funcionalidades nos instrumentos de TI e consolidação de banco de dados surgidos no tempo entre a última avaliação trienal e este momento que se aproxima da segunda avaliação quadrienal e a maturidade alcançada no SNPG temos um novo contexto. Nele, a avaliação da produção, em cada área de avaliação, deve se dar a partir de métricas internacionais estabelecidas e amplamente aceitas na comunidade. Neste sentido, a Comissão propõe a extinção do Qualis a partir do próximo ciclo avaliativo (2021-2024).

8) ESCALAS DE NOTAS

Sugere-se manter a atual escala de notas de 1 a 7, já consolidada na comunidade. É importante destacar que no novo modelo multidimensional cada dimensão da avaliação terá sua própria nota e não existirá uma nota final única. Cada PPG terá como resultado avaliativo 5 notas, uma para cada dimensão (Formação de Pessoal, Pesquisa, Impacto na Sociedade, Internacionalização, Inovação e Transferência de Conhecimento). Deverá ser definido um patamar mínimo para cada dimensão para fins de permanência no sistema. Destacamos que as dimensões Formação de Pessoal e Pesquisa são basilares para admissão e permanência do PPG no SNPG, sendo exigida a nota mínima 3 para ambas.

9) AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS DE CURSOS NOVOS

Com relação à admissão de novos PPGs no SNPG, os princípios gerais do modelo multidimensional devem ser considerados; entretanto, como no modelo atual, o processo deve considerar parâmetros próprios (proposta do Programa, número mínimo de docentes, apoio institucional, alinhamento ao plano estratégico de pós-graduação institucional, etc.) e expressando o resultado como Aprovado (admissão ao SNPG) ou Reprovado.

O relatório da comissão especial de acompanhamento do PNPG 2011-2020 gerou dois manifestos, resumidos a seguir

1- CARTA ABERTA AO PRESIDENTE DA CAPES

(Subscrevem os três Colégios)

“A ausência de debate com a comunidade científica que compõe a Capes (Coordenadores de área, Colégios, Conselho Técnico-Científico do Ensino Superior – CTC-ES – e o Conselho Superior – CS) fez com que o Relatório fosse recebido com preocupação pelos três Colégios, sobretudo com relação aos seguintes pontos:

- 1) *Redefinição das áreas de conhecimento;*
- 2) *Avaliação de impacto (definição de indicadores e avaliação por comissão externa);*
- 3) *Indicadores únicos para todas as áreas;*
- 4) *Extinção do Qualis periódicos;*
- 5) *Resultados financeiros como indicador de impacto;*
- 6) *Conflitos no entendimento do que seja o modelo multidimensional.*

Os Colégios entendem que todas as discussões que envolvam a definição de indicadores de avaliação dos programas de pós-graduação devem ser realizadas com a presença ou representação das instâncias científicas responsáveis por sua aplicação no SNPG, a saber, as Coordenações de áreas, os Colégios, o CTC-ES e o CS. Além disso, pontos que reestruturam o SNPG devem envolver, em sua delimitação e em seu debate, as entidades científicas que já participaram do primeiro relatório, fornecendo elementos essenciais para a redefinição do modelo avaliativo, bem como a comunidade científica de modo mais amplo.

Por fim, reafirmamos que a CAPES é um importante patrimônio brasileiro, que vem sendo construído ao longo das últimas seis décadas, contando com a participação ativa de toda a comunidade científica nacional e, por meio de seus mais de sete mil cursos, está presente em todas as regiões do país. Essa estrutura é responsável, em grande

medida, pela detecção e solução de problemas, sinalizando os rumos para um progresso que considere as diversas necessidades de nossa gente: ciência, tecnologia, arte e cultura. Assim, a CAPES deve ser tratada com o devido respeito e nenhuma alteração em sua estrutura pode ser conduzida sem uma correta e ampla participação da nossa comunidade científica, de acordo com os ditames do regime democrático participativo, pautado na Constituição de 1988. Nós, abaixo assinados, reafirmamos nosso compromisso para com a comunidade científica aqui representada por meio das 49 áreas do conhecimento e avaliação.”

2- MANIFESTO DAS MEDICINAS I, II e III

23 de junho de 2020

“...é surpreendente e preocupante perceber que a CAPES – portanto, a pós-graduação brasileira – vem sendo submetida a atitudes e decisões estabelecidas pela atual presidência, seguindo um modo de gestão profundamente centralizador, como é percebido, por exemplo, nas seguintes recentes iniciativas:

1. Portaria 34, que modifica o modelo de distribuição de bolsas de pós-graduação;
2. Portaria 70, que define parâmetros de operação de cursos *on-line*, sem considerar o relatório produzido pelo grupo de trabalho da pós-graduação à distância;

3. Portaria 71, que entre outras medidas, propõe reduzir o número de áreas baseado no trabalho de comissão não-representativa das coordenações de área/CTC;
4. Decisão de atipicamente encerrar o prazo para fechamento do relatório Sucupira em dezembro de 2020, ano de implementação de diversas mudanças na plataforma.

Mudanças são necessárias e ajustes no sentido de aprimorar o sistema serão sempre bem-vindos; porém, essas iniciativas de potencial alto impacto sobre a pós-graduação brasileira foram tomadas sem nenhuma discussão com as instâncias da CAPES que até então eram regularmente consultadas.

Este acúmulo de imposições vindas da atual presidência da CAPES em curto espaço de tempo – e em meio à maior tragédia sanitária global da história recente – foi discutida no dia 23 de Junho de 2020 em evento online que reuniu os nove coordenadores de área das Medicinas I, II e III e, em uma demonstração impressionante de união, com a presença dos quase 300 coordenadores de programas de pós-graduação. Como resultado, decidiu-se por produzir essa manifestação de protesto contra a centralização e autoritarismo hoje vigente na CAPES, na expectativa de que nossos dirigentes se sensibilizem e nos devolvam o direito de dizer com orgulho que a CAPES, de fato, somos nós.

Assinam: os nove coordenadores de área das Medicinas I, II e III, em nome dos coordenadores de programas de pós-graduação.”

Portaria 34: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3443>

Portaria 70: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-70-de-5-de-junho-de-2020-260784825>

Portaria 71: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-capes-071-2020-06-10.pdf>

Obrigado

José Magalhães